

**MASALHA, Nur – *The Palestine Nakba Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory*. London, Zed Books, 2012, 288 p.**

No início da década de 1960, a pesquisa sobre o colonialismo moderno continuava deficitária nas academias europeias. Nas mais tradicionais pontificavam os estudos “tropicais” (principalmente geográficos e a já tradicional historiografia da “expansão” metropolitana) e nas mais abertas os estudos sobre o “desenvolvimento”. Fora do *establishment* universitário europeu os estudos anti-coloniais eram menos raros mas os números absolutos dessa produção faziam de cada um deles um marco na respectiva bibliografia.

Durante as últimas quatro décadas do século XX, a história *crítica* do colonialismo ganhou um outro estatuto académico nas antigas metrópoles. Os factores de explicação são conhecidos: o efeito tardio das organizações multilaterais da nova ordem mundial (ONU, OUA, Liga Árabe), que promoveram os “estudos sobre o desenvolvimento”; a importância política das “potências emergentes” asiáticas (parte das quais tinha começado a sua ascensão como “não alinhados” e cujo peso no mercado mundial lhes foi acrescentando “visibilidade”); o impacto das últimas guerras coloniais (Indochina, Argélia, Congo) sobre a *intelligentsia* das respectivas metrópoles; as descolonizações bloqueadas da África austral (1975-1990), determinantes para a última fase da Guerra Fria, etc.. Seja como for, a inversão foi de tal ordem que a hegemonia cultural do mundo anglo-saxão deu mesmo à expressão *post-colonial* um sentido epistemológico (funcionando agora como um eufemismo para “anti-colonial”). Independentemente das suas ambiguidades, o *post-colonial* instalou-se no “politicamente correto” – menos talvez do se poderá pensar mas o suficiente para que, por exemplo, designações como “colonialismo” ou “descolonização” se vulgarizassem<sup>1</sup>.

Ao serem transformados em objecto historiográfico, os fenómenos coloniais consolidaram-se enquanto *passado*: a historiografia académica dificilmente utiliza a expressão “colonial” para o mundo pós-1990. Na descrição dos conflitos actuais envolvendo ocupações militares utilizam-se outros enquadramentos explicativos ou, quando muito, a salvaguarda do sufixo “neo”. Esta pode ser uma explicação para a discrepância que se instalou relativamente ao actual conflito Israel/ Palestina: depois de 1948, praticamente apenas os árabes o consideraram como “colonial”.

Nesse ano, e no seguimento da guerra que durou até 1949, cerca de 700 mil árabes foram forçados a refugiar-se nos territórios vizinhos ao novo estado de Israel. Na memória coletiva dos árabes da Palestina, foram os meses da destruição completa do seu modo de vida secular. Em 1956, através do livro do historiador Constantine Zurayk, *Ma’na al-Nakba* (“O significado de uma catástrofe”) o verão de 1948 ganhou mesmo uma expressão conceptual – *Nakba*, a Catástrofe. A comparação – que alguns intelectuais árabes imediatamente fizeram – entre a catástrofe palestina e a judaica-europeia, a *Shoah* mostra a discrepância sobre a historicidade do processo colonial da Palestina. Assim, apenas o discurso palestino insiste que a diferença essencial entre as duas catástrofes não está nas estatísticas das vítimas (milhões no caso da *Shoah*, milhares no da *Nakba*) ou na escala das destruições materiais mas sim na continuidade do processo e nas suas consequências. A *Shoah* terminou em 1945, ganhou um reconhecimento histórico universal e induziu um extraordinário fluxo de compensações políticas, jurídicas e materiais<sup>2</sup>; a *Nakba continua até*

<sup>1</sup> Em França, H. Labouret – *Colonisation colonialisme, décolonisation*, Paris, Larose, 1952 parece ter iniciado essa lenta vulgarização. DROZ, *Histoire de la Décolonisation au XX e siècle*. Ed. Seuil, 2006.

<sup>2</sup> Só da Alemanha o fluxo de indemnizações que, entre 2005 e 2007, foi remetido para Israel pode ser avaliado numa média de 732 USD/ ano, isto é, o equivalente a 1% do orçamento anual israelita. Israel foi o maior recipiente da ajuda internacional do mundo até 2003, ano em que foi ultrapassado pelo Iraque. Hever, Shir – *The Political Economy of Israel’s Occupation – Repression Beyond Exploitation*, London, Pluto Press, 2010, pp.33-34

hoje e não teve quaisquer consequências políticas, jurídicas ou materiais (apesar das sucessivas resoluções da ONU, desde a nº 194 de 11 Dezembro de 1948). Para o Dr. Abu Bitá, por exemplo:

*A Nakba palestiniiana não foi ultrapassada pela história. Isto por que um país ser ocupado por uma minoria, esvaziado na sua quase totalidade do seu povo, ficar com a sua identidade cultural e física obliterada, ver a sua destruição celebrada como um miraculoso acto divino e uma vitória da liberdade e dos valores da civilização, tudo de acordo com um plano premeditado, meticulosamente executado, apoiado e financiado a partir do estrangeiro e mantido até hoje, é sem duvida único.*<sup>3</sup>

Paradoxalmente, ambas as catástrofes se mostraram fundamentais para a construção identitária. Falando apenas do caso palestino, o significado político que se atribui à experiência traumática pode ser descrito assim:

*A Nakba é a experiência que talvez mais definiu a história da Palestina. Para os palestinianos, não é apenas um acontecimento político – o estabelecimento do estado de Israel em 78% do território do antigo mandato da Palestina – ou um problema humanitário de primeira grandeza, que se tornou no mais antigo problema mundial de refugiados. (...) Embora a consciência política palestina seja várias décadas anterior à nakba, parece claro que nada forjou mais a identidade palestina de modo tão seguro como a perda da Palestina.*<sup>4</sup>

Pode acrescentar-se que o significado do último paragrafo é literal: mais do que com a perda da Palestina, a consciência palestiniiana formou-se à medida que os camponeses perdiam a terra *na* Palestina. Dito de outro modo, formou-se em resultado da expropriação camponesa pelos novos proprietários sionistas. De facto, conhece-se melhor hoje a origem de classe do anti-sionismo. Tanto antes como depois do mandato britânico (1920-1948), enquanto os grandes proprietários e a burguesia comercial da Palestina continuavam, no quadro da legalidade, a reclamar sobretudo uma identidade *política* (primeiro no quadro do otomanismo, depois como súbditos de uma grande Síria e, finalmente, como herdeiros do mandato britânico), os trabalhadores rurais, rendeiros e pequenos proprietários árabes, muito mais afectados pelas transferências de terras, focavam-se na ameaça sionista que os expropriava e os segregava enquanto assalariados. Entre 1936-1939, seriam eles, através dos movimentos de desobediência civil a levar o conflito para o campo das acções de massa que desestabilizariam por completo a administração britânica. Como entretanto os territórios vizinhos se tinham tornado “estados nacionais” (iraquiano, transjordano ou egípcio, mas em todo o caso cada vez menos “pan-árabes”<sup>5</sup>), as elites da Palestina viram-se finalmente arrastadas pela dinâmica da luta camponesa e o conflito israelo-árabe tornou-se israelo-palestiniiano. A *Nakba* é assim um trauma maioritariamente camponês - em 1944 ainda 66% dos palestinianos eram *fellahin* (camponeses), com uma taxa de alfabetização de apenas 15%. – e a identidade palestina é uma memória coletiva maioritariamente camponesa<sup>6</sup>.

Estas circunstâncias determinaram o conhecimento objetivo que o mundo extra-palestino (não) teve do processo da dissolução da Palestina árabe. Depois de ter atingido igualmente as suas classes letradas, perdeu-se no exílio o suporte institucional que uma nova identidade política poderia ter: a

<sup>3</sup> Abu Sitta, *The Palestinian Nakba: The Register of Depopulated Localities*, London, Palestinian Return Center, 1998 (citação traduzida).

<sup>4</sup> Dajani, Omar – *Surviving Opportunities: Palestinian Negotiating Patterns in Peace Talks with Israel*, Washington DC, 2005, pp 42.43 (citação traduzida).

<sup>5</sup> Tal com hoje, diz o autor de um completo estudo sobre estes anos da formação política palestina, “não seria injusto acusar o mundo árabe de ser pouco mais que batatas num saco”. Ayad, Abdelaziz A. , *Arab Nationalism and the Palestinians 1850-1939*. Jerusalem, Passia, 1999, p. 3

<sup>6</sup> Esber, Rosemarie, *War and Displacement in Mandate Palestine, 29 November 1947 to 15 May 1948*. London, 2003.

administração civil, os centros de documentação, os arquivos, etc. Desapareceram assim as bases materiais necessárias ao registo historiográfico, mesmo que socialmente enviesado. Neste quadro, a passagem da memória colectiva palestina à historiografia começou portanto diminuída. Mais ainda: à semelhança das populações árabes que permaneceram em Israel e agora também nos territórios ocupados, começou tutelada. Seria através da “nova historiografia” israelita das décadas de 1980-90 que muitos documentos – e factos - da guerra de 1948 se tornaram historiográficos. No entanto, *cum granis salis*, como se mostra por esta passagem de um dos seus expoentes, Benny Morris:

*Não há documentação árabe (sobre 1948) que seja segura para os historiadores. O que existe em árabe ou traduzido do árabe para o hebraico ou inglês são algumas memórias políticas e militares, recortes de jornais, crónicas e recordações... Muito deste material... é fraco, pouco fiável, tendencioso, imaginativo e ocasionalmente fantasioso.*<sup>7</sup>

Como é sabido, a escrita dos “outros”, com base nos arquivos dos “outros”<sup>8</sup>, é geralmente contestada pela memória viva. O vazio dos registos deixado pela desagregação da sociedade civil palestina foi assim, de muitas formas, preenchido por esta à medida que se reconstituía nos territórios de exílio. O livro de Nur Massalha é uma síntese esclarecedora sobre o esforço de reapropriação dessa memória parcialmente perdida e intermitentemente recuperada<sup>9</sup>. Tem como grande objectivo expor o *memoricídio* palestino (ou a sua tentativa) através de, pelo menos cinco dimensões:

- 1) a revisão crítica da historiografia sobre o movimento sionista
- 2) a obliteração toponímica da Palestina
- 3) a arqueologia da paisagem – o memoricídio da “lavagem a verde”
- 4) a destruição dos arquivos documentais palestinos
- 5) a contestação dos discursos hegemónicos

A revisão historiográfica da primeira dimensão assenta em duas demonstrações: do carácter *colonial* do movimento sionista durante o mandato britânico, que seguiu o padrão reconhecível em outras colónias que procederam à “neutralização” dos respectivos naturais (da Austrália à África do Sul); da *cronologia* do plano de evacuação da Palestina árabe, anterior e independente das operações militares de 1948-49. Pode falar-se em “demonstração” porque os testemunhos citados podem ser considerados insuspeitos: a maior parte do relato de Masalha assenta no comentário de extratos de publicações ou de notas privadas dos principais ideólogos, políticos, intelectuais e instituições sionistas, de Rotschild a Ben-Gourion, passando por Jabotinski e pelo *Histadrut*. De notar que para a sua fundamentação utilizar fontes arquivísticas, Masalha recorreu sobretudo à referida historiografia “revisionista” feita em Israel.

As dimensões 2) e 3) descrevem aspectos do processo inerente ao memoricídio: o *politicídio*, isto é, a política sistemática da desorganização da sociedade palestina. Trata-se aqui do que foi a implementação do *slogan* sionista “Uma terra sem gente para uma gente sem terra”: o mito do deserto (percorrido por nómadas) que a emigração sionista teria feito florescer. Para consolidar o “deserto”, a partir de 1949 tornou-se necessário “desarabizar” a toponímia de milhares de lugares.

<sup>7</sup> Morris, Benny, *1948 and After: Israel and the Palestinians*. London, Oxford Clarendon Press, 1994, p.42-3 (citação traduzida).

<sup>8</sup> A importância da abertura dos arquivos israelitas para os resultados de uma historiografia crítica israelita não pode aqui ser desenvolvido.

<sup>9</sup> Massalha, Nur – *The Palestine Nakba. Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory*. London & N.Y, Zed Books, 2012.

Como diz Illan Pappé, um dos historiadores “revisionistas”, a rasura da toponímia árabe não foi menos violenta que a sua limpeza étnica. A renomeação das aldeias evacuadas contou com a reinvenção da “Terra da Bíblia” e fez-se sobrepondo aos topónimos árabes versões hebraicas que restaurariam antigas ocupações pré-romanas. A “ciência auxiliar” mobilizada foi a arqueologia: em nenhum lugar do mundo a arqueologia é certamente uma ciência tão política como em Israel. Generais como Ygael Yadin ou Moshe Dayan consideraram-na como a ciência israelita por excelência e deste modo não pode surpreender que um certo delírio fosse facilmente atingido no enquadramento ideológico<sup>10</sup> em que se desenvolveu:

*(Chegou-se a um momento) em que simplesmente já não havia tradição bíblica que chegasse para continuar a nomear (todas as aldeias árabes evacuadas) e portanto era preciso continuar escolhendo associações bíblicas ou judaicas ao acaso (...) Muitas localidades ficaram apenas com o nome árabe transformado no sistema fonético hebraico: Minet el-Muserifa ficou Horvat Mishrafot (...) Por vezes, neste processo artificial, as comissões de renomeação ignoravam completamente algumas genuínas origens judaicas, como aconteceu ao anularem o nome árabe de Khirbet Hanuta, não reconhecendo que ele recuperava provavelmente o talmúdico Khanotah.<sup>11</sup>*

No entanto, para consolidar a imagem da “terra sem gente” não era suficiente mudar o nome das coisas – era preciso mudar as próprias coisas, isto é, a paisagem. O que fazer de milhares de aldeias, olivais e vinhas despovoadas? Massalha fala então da “lavagem a verde” efetuada pelo Fundo Nacional Judaico, o organismo para-estatal proprietário de cerca de 13% de toda a terra em Israel e que replantou com florestas importadas as casas e os campos esvaziados. Um “colonialismo ecológico”, que canalizou fundos de todo o mundo para a criação de zonas verdes associadas a sugestivos novos topónimos: “Floresta Sul Africana”, “Floresta das Termas do Carmelo”, “Parque Canadá”, etc. Actualmente, boa parte da recuperação da memória palestina passa, para os árabes residentes em Israel, pela organização de marchas florestais ao encontro das aldeias dos seus pais e avós. Desde 1987 que os descendentes de refugiados de aldeias organizam acampamentos de verão nos locais em que, antes da mancha verde, se erguiam as suas casas. Como explicou um dos organizadores do acampamento de Kafr Bir’im, uma dessas aldeias, *o objetivo não é falar da aldeia, mas antes para vive-la durante 24 horas*<sup>12</sup>.

As dimensões 4) e 5) referem-se à reapropriação da memória. Primeiro, da memória documental escrita e depois, uma vez que a Nakba atingiu sobretudo uma população camponesa, da memória viva.

A primeira teve perdas irreversíveis. Sendo certo que a diáspora das classes políticas tradicionais da Palestina inviabilizou a existência de arquivos públicos, de museus ou de centros de documentação palestinos no que veio a ser o território de Israel, também é verdade que mais tarde algumas destas instituições se reorganizaram nos locais de exílio e mesmo na Cisjordânia até 1967. Por exemplo, até esse ano subsistiu em Jerusalém o Museu Arqueológico da Palestina, agora Museu Rockefeller (e com o novo nome, novos conteúdos<sup>13</sup>). Também até à invasão do Líbano em 1982, dois institutos palestinos de Beirute mantiveram níveis excepcionais de riqueza documental: o Centro de Pesquisas Palestinas e o Instituto de Estudos Palestinos. Ambos tinham sido formados durante a década de 1960 e reuniam bibliotecas com milhares de volumes e vastas coleções de documentos pessoais

<sup>10</sup> O enquadramento pode talvez ser ilustrado por esta passagem do diário de Ben-Gourion: *Temos de dar nomes hebraicos a todos estes lugares – nomes antigos, se houver e, não havendo, nomes novos!* Massalha, *The Palestinian Nakba*, p. 103 (citação traduzida).

<sup>11</sup> Ra’ad, L. *Basen Hidden Histories. Palestine and the Eastern Mediterranean*. London, Pluto Press, 2003, p. 188-9 (citação traduzida).

<sup>12</sup> Massalha, p. 249.

<sup>13</sup> Seria também interessante desenvolver a comparação entre o antigo museu, que pretendia representar todas as camadas históricas de ocupação da Palestina e o novo, inspirado na “arqueologia bíblica”.

e administrativos, em papel e microfilme. Um terceiro exemplo é o dos Arquivos da Sociedade de Estudos Árabes / Casa do Oriente, sediada em Jerusalém Oriental que entre 1972 e 2001 albergou um dos maiores centros documentais palestinianos. Aqui a demonstração do memoricídio está no destino comum destes arquivos durante o respectivo ano terminal: a sua destruição/saque/dispersão pelo exército israelita, independentemente de, como no caso do último, haver já cláusulas protocoladas pelos acordos de Oslo que salvaguardavam a sua integridade.

A desertificação – esta sim, real mas feita *manu militari* – da documentação escrita palestiniana encontrou, em sentido contrário, um movimento de revitalização da memória viva. Paradoxalmente, este fenómeno parece agora mais ativo dentro dos palestinianos residentes em Israel que nos da diáspora. Segundo se pode concluir do que diz Masalha, dois factores podem explicar a maior militância na “descolonização da memória” por parte dos “árabes israelitas”. Dispõem de mais facilidades para se mobilizarem politicamente e foram mais atingidos pela dupla frustração que se seguiu à não aplicação dos acordos de Oslo: em Israel aumentou a desigualdade cívica e a ameaça de uma nova *Nakba*. De dentro para fora, tem assim aumentado a contestação aos manuais escolares que negam a identidade palestiniana, a contestação pública aos feriados oficiais através das contra-celebrações do dia da *Nakba*<sup>14</sup> e do dia da Terra (respectivamente 15 de Maio e 30 de Março), a organização de marchas evocativas das aldeias evacuadas, como se viu, as petições aos tribunais para a protecção do património árabe (muçulmano ou cristão), etc. São as gerações jovens de árabes de Israel que passaram para a linha da frente da batalha pela memória. Até à década de 1980, a memória oral restringia-se ainda ao contexto familiar e no contexto da aldeia originária. Houve em seguida um esforço para articular e memorializar as narrativas, aproveitando a maior ou menor facilidade de que dispõem os árabes de Israel para aceder aos antigos locais evacuados (totalmente vedados aos palestinianos da diáspora e dos territórios ocupados em 1967).

A principal conclusão de Masalha é que pelo menos esta batalha, a da reapropriação da memória, os Palestinianos já ganharam. Como dizia o seu poeta Mahmoud Darwish em 1998 quando das contra-manifestações palestinianas às comemorações oficiais dos 50 anos de Israel: *Derrotamos o plano de nos expulsarem da história*.

**Maciel Santos**  
FLUP/CEAUP

---

<sup>14</sup> *A vossa celebração é o nosso luto*, como diria um deputado palestiniano no Knesset.